

I - DOS FATOS

Inicialmente cumpre mencionar que o requerente é possuidor do lote situado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e há cerca de 20 (vinte) anos reside no local. Em 2009 recebeu o termo de concessão de uso do lote de nº. XXXXXXXXXXXX, emitida pela Secretaria de Estado e Habitação e Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF – CODHAB/DF.

No dia 09/11/2010, o Autor ficou internado no Hospital Regional de XXXXXXXXXXXX não deixando ninguém no local, retornando à sua residência no dia 17/11/2010 por volta de 09:00h, ocasião em que percebeu que haviam trocado a fechadura de sua residência, de forma que procurou seus vizinhos e teve notícia que algumas pessoas teriam se mudado para seu lote, sem sua autorização e conhecimento.

Com a informação em mãos o autor lavrou a ocorrência policial (documento em anexo) em 17/11/2010, de forma que uma equipe policial compareceu ao local no mesmo dia, solicitando que a ré desocupasse o imóvel, porém, o invasor falou que não iria se retirar do local.

Vale gizar que a ré está na posse dos documentos pessoais do autor, bem como está na posse de todos os bens móveis que guarneciam a residência do autor, e se recusa a devolvê-los. Aliás, o autor tem notícia de que a ré está tentando colocar o IPTU em seu próprio nome.

Saliente-se ainda que a ré e seu companheiro estão fazendo uma série de ameaças contra o autor e demais familiares, inclusive contra a vida, alertando-os, ainda, de que não deveriam sequer passar em frente ao imóvel.

Diante do exposto, o Autor postula a reintegração na posse do imóvel em questão, tendo-se em vista ser o legítimo possuidor.

II - DO DIREITO

O autor é possuidor do imóvel em questão e exerceu legitimamente a posse desde a aquisição até novembro de 2010, quando foi esbulhado pela ré, em decorrência de sua ausência necessária no imóvel.

Em razão do esbulho sofrido, o autor tem o direito de ser reintegrado na posse:

Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

No caso o esbulho data de menos de ano e dia, fato que confere o autor o direito à tutela liminar, com expedição do mandado de reintegração de posse, independentemente da audiência da parte contrária ou após justificação prévia. Nesse sentido os artigos 924 e 928 do CPC:

Art. 924. “Regem o procedimento de manutenção e de reintegração de posse as normas da seção seguinte, quando intentado dentro de ano e dia da turbação ou do esbulho; passado esse prazo, será ordinário, não perdendo, contudo, o caráter possessório.”

Art. 928. “Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração; no caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.”

Quanto aos requisitos para que o Autor seja reintegrado, é certo que o mesmo provou a sua posse do lote, mediante os documentos anexados: cópia o Termo de Concessão de Uso cedido pela CODHAB e contas de CEB e CAESB. Quanto ao esbulho e sua data, bem como a perda da posse, estes podem ser comprovados mediante a oitiva das testemunhas abaixo arroladas.

É clara a injustiça da posse da requerida, não restando ao Requerente outra opção senão vindicar sua posse, para tanto se utilizando do Poder Judiciário.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR. REQUISITOS. ART. 927 DO CPC. MANUTENÇÃO. I - A teor do disposto no art. 927 do CPC, justifica-se a concessão da liminar em favor do autor da possessória, quando verificado que os elementos de prova dos autos, máxime os depoimentos colhidos por ocasião da realização da audiência de justificação, evidenciam a posse exercida por ele sobre o imóvel objeto da ação de

reintegração e que o esbulho praticado pela ré data de menos de ano e dia da propositura da demanda em questão. II - Negou-se provimento ao recurso. (20100020003480AGI, Relator JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, 6ª Turma Cível, julgado em 07/04/2010, DJ 15/04/2010 p. 154)

III - DA LIMINAR

Tendo em vista o esbulho praticado pela ré, necessária a concessão de liminar a fim de reintegrar o Requerente na posse do imóvel em questão, conforme previsto no art. 928 do CPC:

Art. 928. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração; no caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

IV - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer:

- a) os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o Autor economicamente hipossuficiente, nos termos da Lei n. 1.060/50, conforme declaração anexa;
- b) a concessão de liminar de reintegração de posse, sem audiência da parte contrária ou mediante justificação prévia, a ser feita em audiência designada para este fim,

citando-se o réu para comparecerem à audiência designada, nos termos do artigo 928 do CPC;

- c) a citação da ré para contestar a ação, nos 5 (cinco) dias subseqüentes após a concessão ou não do mandado de liminar de reintegração de posse, que no caso de haver a justificação prévia será contado a partir da intimação do despacho que deferir ou não a medida liminar, nos termos do artigo 930 do CPC;
- d) a procedência do pedido, reconhecendo-se em favor do autor o direito à posse do imóvel em disputa e determinando a sua reintegração na posse do bem em litígio;
- e) a cominação de pena para o caso de novo esbulho, nos termos do inciso II, artigo 921 do CPC;
- a) a condenação da requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem os últimos revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal - PROJUR (artigo 1º, da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04/12/2007) a serem recolhidos no Banco XXXX por meio de DAR (documento de arrecadação) com o código XXX.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pelo documental, pelo testemunhal e pelo depoimento pessoal da ré, sob pena de confesso.

Atribuí-se à causa o valor de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX)

XXXXXXXXXX/DF, XX de XXXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Requerente

DEFENSORA PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Estagiária - Matr. XXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

MATR. XXXXX

ROL DE TESTEMUNHAS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX